

# POLÍTICA E GOVERNO SÃO O MESMO? UMA REFLEXÃO A PARTIR DE HANNAH ARENDT

Maria Cristina Müller<sup>1</sup>

Resumo: A temática que percorre esse artigo diz respeito à distinção entre política e governo. Objetiva-se demonstrar a impossibilidade de reduzir política às funções que cabem aos governos, bem como apresentar a importância da constituição e preservação do mundo comum, onde homens e mulheres podem aparecer a outros seres humanos, apresentar seus pontos de vista e, deste modo, experimentar a liberdade. Parte-se do pressuposto de que a sociedade contemporânea é caracterizada pela perda do envolvimento do cidadão com o mundo; parece que houve o esquecimento de que é neste mundo comum que cada um pode apresentar suas opiniões, confrontá-las com as opiniões dos demais, manifestar sua singularidade e agir. O *homem-da-massa* triunfou em detrimento do cidadão. Assim, o significado da política é subvertido e os objetivos do governo são deturpados. O cidadão é aquele que possui “espírito” público, que tem compromisso com a república – com a coisa pública – e com o bem comum. Ao compreender a extensão desse compromisso para com o bem público, é possível asseverar que o compromisso de cada cidadão com a coisa pública não está restrito apenas à relação bilateral entre o indivíduo e o Estado, mas embasa-se na relação dos indivíduos entre si. Portanto, a questão que se impõe como relevante diz respeito àquilo que vincula os cidadãos nas comunidades políticas. Apontar-se-á que o elemento unificador da relação entre os cidadãos consiste na amizade, essa entendida enquanto *philia*. A investigação utiliza como referencial teórico a filósofa contemporânea Hannah Arendt e seus escritos. O texto está dividido em três momentos: análise do consentimento – contrato – entre os cidadãos para a constituição dos Estados; a comunicação ilimitada como o elemento novo para a vinculação entre os cidadãos; a amizade como o vínculo que une os cidadãos numa comunidade política.

Palavras-chave: política – governo – comunicação ilimitada – amizade – Hannah Arendt.

## Introdução

O que existe de relevante na pergunta colocada como título deste texto? Há alguma dúvida acerca do que significa política e governo? Mais precisamente, os termos podem ser confundidos e tomados como sinônimos? A pergunta seria ingênua? Parece que não, tomando como referência os acontecimentos políticos no Brasil, tais como os constantes escândalos de corrupção que envolvem os representantes dos poderes executivo, legislativo e judiciário e empresas privadas, e as manifestações de rua de junho de 2013, quando a população foi para as ruas apresentar suas reivindicações e que se repetiram, em outra medida, em 2014 e 2015. No contexto dos escândalos, política e governo parecem reduzidos

---

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Londrina-PR. E-mail: mcrismuller@hotmail.com.

a um balcão de negócios que trata de interesses privados e que objetiva, principalmente, o enriquecimento ilícito e o favorecimento de alguns. O significado da política é subvertido e os objetivos do governo são deturpados. A manifestação das pessoas nas ruas surge como esperança de participação política; paradoxalmente, é instrumentalizada pelos partidos políticos e sindicatos. Assim, tendo como pano de fundo tais acontecimentos, a pergunta – política e governo são o mesmo? – se apresenta relevante e conduz a uma reflexão mais ampla acerca do vínculo dos cidadãos com o mundo público.

Parte-se do pressuposto de que a sociedade contemporânea é caracterizada pela perda do envolvimento do cidadão com o mundo<sup>2</sup>; perdeu-se o vínculo em relação às comunidades políticas. Homens e mulheres contemporâneos distanciaram-se do domínio público do mundo em favor de suas individualidades egoísticas. Esse recolhimento não favorece os espaços de contato político e de ação. A inexistência de espaços para ação destrói a resistência a qualquer possibilidade de dominação e o que resta é a submissão absoluta – a obediência passiva – e a impotência. Os indivíduos foram atomizados, isolados, abandonados, isto é, perderam o mundo comum. Esqueceu-se que é neste mundo comum que cada um pode apresentar suas opiniões, confrontá-las com as opiniões dos demais, manifestar sua singularidade e agir. O *homem-da-massa* triunfou em detrimento do cidadão. O cidadão é aquele que participa do mundo comum, que tem compromisso com o mundo – o interesse público – e busca a felicidade pública. Parece que o compromisso que o cidadão deveria ter com o mundo está *démodé*. Os homens e mulheres se retiraram do mundo público e das obrigações relativas a esse; a liberdade é equivocadamente entendida como desobrigação em relação ao mundo. A partir do exposto, outra questão aparece como urgente: como se dá o vínculo dos cidadãos nas comunidades políticas? Para responder a ela, inicialmente se faz necessário refletir a respeito das motivações que levam à constituição e manutenção das comunidades políticas organizadas num Estado.

Grosso modo, compreende-se que a criação e a conservação dos Estados restringem-se aos chamados motivos naturais, especialmente àqueles ligados a laços de sangue, tradição, religião, costumes, ou à simples necessidade de manutenção da vida. No entanto, esse tipo de explicação não parece suficiente quando se percebe que a simples preservação da vida independe do auxílio de outros, pois isoladamente cada ser humano adulto poderia prover a própria sobrevivência. Deste modo, as tentativas de fazer corresponder à constituição das comunidades políticas explicações naturais se equivocam, pois não se pode esquecer que aquilo que as comunidades políticas almejam construir é o mundo humano, ou seja, um mundo que é absolutamente não natural.

Os cidadãos são motivados a se manterem unidos por razões que ultrapassam a conquista das condições básicas de preservação da vida e de ligações tradicionais – laços de sangue, religião, costumes etc. – que vinculam de algum modo os homens e mulheres em

---

<sup>2</sup> Mundo, para Arendt (*Homens em tempos sombrios*, p. 12 e 13) é aquilo que está entre as pessoas; é o espaço-entre constituído na ação e no discurso; ou seja, mundo é o espaço da liberdade pública e da política.

algum tipo de agrupamento ou associação humana. Deste modo, o cidadão não é o indivíduo particular preocupado apenas com seus interesses privados. O cidadão é aquele que possui “espírito” público, que tem compromisso com a república – com a coisa pública – e com o bem comum. Ao compreender a extensão desse compromisso para com o bem público, é possível asseverar que o compromisso de cada cidadão com a coisa pública não está restrito apenas à relação bilateral entre o indivíduo e o Estado, mas embasa-se na relação dos indivíduos entre si. Portanto, a questão que se impõe como relevante diz respeito àquilo que vincula os cidadãos nas comunidades políticas. Não se trata da relação entre o indivíduo e o Estado ou da relação entre o interesse privado daquele em relação a este. Não se trata, todavia, das motivações naturais que possam justificar a união dos homens e mulheres em associações. Trata-se, por fim, da relação entre os cidadãos que buscam construir o espaço público, isto é, trata-se da relação entre os cidadãos que objetivam a constituição e a preservação de um mundo comum, mesmo que tal reflexão se aproxime mais de uma crítica acerca da inexistência desse espaço.

A investigação aqui proposta utiliza como referencial teórico a pensadora contemporânea Hannah Arendt e os textos: *A condição humana* (1958), *Origens do totalitarismo* (1951), “A humanidade em tempos sombrios: pensamentos sobre Lessing” e o texto “Karl Jaspers: cidadão do mundo?” – ambos do livro *Homens em tempos sombrios* (1968), *Lições sobre a filosofia política de Kant* (1970) e “Desobediência civil”, o último constando no livro *Crises da república* (1972). É importante contextualizar que tais textos foram escritos e publicados por Arendt na época do pós-guerra em que o temor deixado pelas Bombas Atômicas<sup>3</sup> e pela Guerra Fria motivou a filósofa a refletir. Vale ressaltar que as contribuições de Karl Jaspers e as reflexões sobre Lessing permitiram a Hannah Arendt apresentar a comunicação ilimitada como elemento imperioso à solidariedade do gênero humano na constituição das comunidades políticas, que, conjuntamente com a amizade, supera as motivações privadas e do campo da natureza para a união dos cidadãos. Assim, apontar-se-á que o importante elemento unificador da relação entre os cidadãos consiste na amizade, essa entendida enquanto *philia*. Deste modo, a investigação está dividida em três momentos: o primeiro momento analisa o consentimento – contrato – entre os cidadãos para a constituição dos Estados; o segundo momento aborda a comunicação ilimitada como o elemento novo para a vinculação entre os cidadãos; o terceiro momento apresenta a amizade como o vínculo que une os cidadãos numa comunidade política.

---

<sup>3</sup> Em 6 de agosto de 1945 a cidade de Hiroxima/Japão foi arrasada pela eclosão da primeira Bomba Atômica lançada no mundo pelos Estados Unidos; estima-se que 250 mil pessoas foram mortas ou feridas. Em 9 de agosto de 1945, a cidade de Nagasaki/Japão foi igualmente atacada pelos Estados Unidos, que lançam a segunda Bomba Atômica, dizimando a população da cidade. Em 2 de setembro de 1945, o Japão assina os documentos de rendição pondo fim à Segunda Grande Guerra Mundial.

## Consentimento e constituição do Estado

Arendt, no texto intitulado *Desobediência civil*, que compõe o livro *Crises da república*, apresenta o que denomina de versão horizontal do contrato social. Trata-se do estabelecimento de laços permanentes entre os seres humanos na tentativa de oferecer algumas garantias de estabilidade ao domínio público. Montesquieu teria percebido claramente essa necessidade e a traduz ao pronunciar o imperativo de leis – Constituição – para a estabilidade dos cidadãos nos Estados. Na obra *O espírito das leis*, Montesquieu assevera que as leis governam as ações dos cidadãos e estabelecem o domínio público e político. As leis cumprem tal função nos estados constitucionais, que para tal precisam igualmente ser constituídos pelas leis – constituições. As nações precisam dos cidadãos e esses somente existem se lhes forem conferidos direitos, o que se torna possível através de uma Constituição. Nesse sentido a importância do “contrato”, pois o mesmo selaria a aliança entre todos os membros da comunidade política e os levaria, após permanecerem mutuamente comprometidos, a instituir um “contrato” de governo. Esse contrato embasa-se no consentimento firmado através de promessa mútua e disso resulta sua importância para Arendt. Assim, a denominação consentimento seria mais adequada para se referir à constituição das comunidades políticas na forma de um Estado.

O consentimento se aproximaria da ideia do contrato social de Locke, em oposição àquilo que Arendt denomina de versão vertical do contrato social, que seria a ideia de contrato social de Hobbes. Arendt demonstra uma preferência pela versão lockeana, justificando-a pelas vantagens apresentadas por esse contrato. O tipo de reciprocidade em que se apoiam os participantes do contrato apresentado por Locke une cada um dos membros a um companheiro cidadão<sup>4</sup>. Para Locke, o contrato limita o poder de cada indivíduo membro da sociedade, mas deixa intacto o poder da comunidade. O governo é estabelecido a partir do contrato original entre cada indivíduo independente. Assim, o que une o povo nesta forma de governo são as promessas mútuas estabelecidas entre cada um dos cidadãos, independentemente da homogeneidade étnica, como no Estado-Nação, ou da intimidação, como no *Leviatã*, de Hobbes. Para Hobbes, os indivíduos celebram um acordo com a autoridade secular para garantir sua segurança, abdicando de todo seu poder e direitos em favor dessa segurança. O contrato de Hobbes motiva-se mais pelo medo, ou seja, negativamente, do que pelo gosto de constituir um mundo comum; em Hobbes não é o cidadão a imperar, mas o indivíduo particular. Nestes termos, parece ser justamente a ideia de promessa mútua que leva Arendt a preferir Locke em detrimento de outros modelos. Com a ressalva de que a relevância não está no contrato, mas no consentimento entre os cidadãos<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> ARENDT, *Crises da república*, p. 77.

<sup>5</sup> Isto leva ao entendimento de que Arendt, possuindo elementos mais gerais e fundamentais – amizade e comunicação ilimitada – de vínculo entre os cidadãos, poderia ter deixado em segundo plano o contrato; recorre a ele mais por questões de estabilidade política do que por princípios fundantes.

Para Arendt<sup>6</sup>, o consentimento depende de uma pluralidade de pelo menos dois indivíduos desejosos de unirem-se em associação. Essa associação, firmada no princípio do consentimento, tem por base a promessa mútua e implica uma pluralidade indissolúvel de homens e mulheres que assumem a forma de uma união duradoura. A promessa confere alguma estabilidade para o mundo; reside nisso sua importância: sendo o futuro imprevisível e incerto, a faculdade de prometer e cumprir promessas concede um pouco de estabilidade ao mundo. A promessa pode ser compreendida como o compromisso do cidadão em relação ao mundo. Esse compromisso consiste no dever de manter a promessa feita e é inerente à própria promessa, pois quando se promete objetiva-se cumprir a promessa feita; em tese, não se promete com a intenção prévia de quebrar a promessa. Essa faculdade, conforme Arendt explica no texto *A condição humana*<sup>7</sup>, só faz sentido no mundo comum, na presença de outros indivíduos, porque, no isolamento, não teria realidade, não faria sentido algum. Assim, a promessa é fundamental para a constituição e manutenção do mundo comum. “[...] promessa é o modo exclusivamente humano de ordenar o futuro, tornando-o previsível e seguro até onde seja humanamente possível [...]”<sup>8</sup>

Nesse contexto compreende-se a ideia de *bom cidadão* como aquele ao qual se aplica a conhecida frase de Maquiavel: “Eu amo a minha cidade natal mais que a minha própria alma.”<sup>9</sup>. O bom cidadão não é o indivíduo particular que possui uma consciência apurada e a ela recorre para solucionar as situações de conflito, ou seja, não se trata do “bom homem”. O bom cidadão é aquele que possui o “espírito” público, que tem compromisso com a república – com a coisa pública – e com o bem comum. Da mesma maneira pode-se recorrer a Kant para tratar do bom cidadão. No texto *Lições sobre a filosofia política de Kant*, Arendt apresenta que a ocupação de Kant em seus últimos anos de vida teria sido a preocupação de como organizar um povo em um Estado, ou seja, de como fundar uma comunidade política organizada na forma de um Estado. Kant teria se perguntado sobre como seria possível reconciliar o problema da organização do Estado com sua filosofia moral. Arendt afirma que Kant sabia da ineficácia de sua filosofia moral para tal caso. A solução apresentada pelo filósofo teria aparecido no dever do homem de ser um bom cidadão, isto é, “[...] um homem mau pode ser um bom cidadão em um bom Estado.”<sup>10</sup>. Isso é possível, porquanto em Política tudo depende da “conduta pública”, da publicidade, princípio este que deveria governar toda ação. Para Kant, a liberdade política mais importante era a liberdade para falar e publicar:

[...] a própria faculdade do pensamento depende de seu uso público; sem o “teste do exame livre e aberto”, nenhum pensamento, nenhuma formação

---

<sup>6</sup> ARENDT, *Crises da república*, p. 83.

<sup>7</sup> ARENDT, *A condição humana*, p. 249.

<sup>8</sup> ARENDT, *Crises da república*, p. 82.

<sup>9</sup> *Apud* ARENDT, *Crises da república*, p. 59.

<sup>10</sup> ARENDT, *Lições sobre a filosofia política de Kant*, p. 25.

de opinião são possíveis. A razão não foi feita para “isolar-se a si própria, mas para entrar em comunhão com os outros”<sup>11</sup>.

O pensamento crítico teria implicações políticas por estar ligado à comunicabilidade. Para ser possível essa comunicabilidade, deve haver uma comunidade de homens e mulheres que ouvem e possam ser ouvidos. Parece ser uma vocação humana comunicar e exprimir o que se pensa, porque todos são capazes de prestar contas do que pensam e dizem, isto é, há *homens* no plural, para que possam falar uns aos outros.

A existência de um espaço público para a opinião e para a ação é a condição da liberdade para os homens e mulheres legislarem; o momento de se rebelar é quando a liberdade de opinião é abolida. Portanto, o sentido das comunidades políticas organizadas na forma de Estados é garantir o espaço para a comunicabilidade e publicidade. Garantindo-se esse espaço, garante-se o aparecimento dos homens e mulheres nas suas singularidades. Portanto, parece que não há outra razão para a constituição dos Estados, a não ser a preservação do mundo comum.

### **Comunicação ilimitada**

O receio da destruição de toda vida humana na terra foi o que motivou os acordos e vínculos entre os Estados Nacionais, principalmente após a Segunda Grande Guerra Mundial. A possibilidade de destruição decorrente do desenvolvimento tecnológico, que colocou nas mãos do homem potentes mecanismos bélicos e armas de destruição em massa, foi o que, infelizmente, forçou os Estados à diplomacia<sup>12</sup>. Por isso é possível dizer que a solidariedade entre os diversos Estados, em geral, é construída negativamente. Recorrendo a Karl Jaspers, Arendt assevera que é necessário buscar algo diferente da capacidade de destruição do homem para garantir a solidariedade entre os cidadãos de diferentes Estados, o que poderia evitar o ódio recíproco de um Estado contra outro, de uma nacionalidade contra outra, de um “cidadão” contra outro. Na compreensão de Arendt, Jaspers acreditaria que a fundamentação filosófica dessa unidade humana estaria na “comunicação ilimitada”.

Arendt<sup>13</sup> reconhece que Kant tangencia essa mesma ideia ao enfatizar o “uso público da própria razão” em seu texto *Resposta à pergunta: que é o iluminismo?*. Kant teria investigado a ‘sociabilidade’ básica do homem e enumerado como seus elementos a comunicabilidade e a publicidade. A comunicabilidade denotaria a necessidade de os homens estabelecerem comunicação entre si. A publicidade estaria ligada à liberdade pública não apenas para pensar, mas também para publicar. Ambas, comunicabilidade e publicidade, no entender de Arendt, seriam essenciais para a construção do espaço público, uma vez que permitiriam a cada indivíduo expor suas opiniões diante dos demais.

---

<sup>11</sup> ARENDT, *Lições sobre a filosofia política de Kant*, p. 53.

<sup>12</sup> Da mesma maneira que foi o medo o que impulsionou o contrato social hobbesiano.

<sup>13</sup> ARENDT, *Lições sobre a filosofia política de Kant*, p. 28.

O termo “comunicação ilimitada”, comum nas obras de Jaspers, significa, nas palavras de Arendt:

[...] ao mesmo tempo a fé na compreensibilidade de todas as verdades e a disposição para revelar e para ouvir como condição primeira de toda e qualquer relação humana [...]. O ponto importante é que aqui, pela primeira vez, a comunicação não é concebida como “expressão” dos pensamentos, necessariamente secundária em relação aos pensamentos em si.<sup>14</sup>

Para Arendt, Jaspers teria descoberto um novo elo de compreensão histórica para todos os grupamentos culturais do século V a.C., envolvendo China (Confúcio e Lao-Tsé), Índia (Upanishads e Buda), Pérsia (Zaratustra), Palestina (profetas) e Grécia (Homero, os trágicos e os filósofos). Todos esses grupamentos, cada um em uma região do planeta, sem ligação entre si, constituíram grandes civilizações e compartilharam algo inteiramente excepcional, a saber, a diversidade de identidades. As diferentes origens e identidades precisaram de um sistema de comunicação que lhes proporcionasse condições de se revelar uma às outras. Deste modo, a nova unidade do gênero humano aparece, isto é, a comunicação. Sem comunicação essas novas identidades não poderiam se revelar, aparecer, se mostrar como distintas. Nesse sentido, o que concede unidade é a comunicabilidade, que, por sua vez, possibilita a cada um mostrar-se como único e singular.

Transposta para o mundo contemporâneo, essa unidade histórica da humanidade requer que os Estados permaneçam tão somente aquilo que são, preservando cada um sua identidade. Nesse sentido, a ideia de um Estado mundial<sup>15</sup>, isto é, um império mundial uniformizado, seria monstruoso e sua criação não garantiria a solidariedade entre os povos. O respeito à diversidade de identidades – uma vez que identidade não significa uniformidade entre todos, mas distinção – poderia fundamentar a solidariedade. Assim, o que une o gênero humano é a “vontade de comunicação ilimitada” que, por sua vez, leva à compreensão entre todos e à solidariedade.

---

<sup>14</sup> ARENDT, *Homens em tempos sombrios*, p. 104.

<sup>15</sup> É necessário ressaltar que Arendt não concorda com a ideia de constituição de um governo mundial ou a pretensão da existência de um “cidadão do mundo”, um súdito de um “estado mundial”, pois, para ela, “um cidadão é, por definição, um cidadão entre outros cidadãos de um país entre outros países”. Com palavras contundentes, Arendt afirma que: “[...] uma força soberana que governasse a terra inteira, detendo o monopólio de todos os meios de coerção, nem limitada nem controlada por outras potências soberanas, não só é um pesadelo medonho de tirania, como representaria o fim de toda a vida política tal como a conhecemos”. (ARENDT, *Homens em tempos sombrios*, p. 99).

## A amizade

A peça de Lessing<sup>16</sup> chamada *Natã, o Sábio* é mencionada por Arendt como exemplar para se compreender o conceito de amizade cultivada pelo diálogo. *Natã, o Sábio* é uma peça de 1779 que preconiza a convivência harmoniosa entre as três religiões de raiz abraâmica. Os protagonistas são um judeu, um cristão (cruzado) e um muçulmano (o sultão Saladino), pessoas íntegras e virtuosas. A peça<sup>17</sup> mostra o valor de cada uma das tradições envolvidas no enredo. Arendt<sup>18</sup> entende que o tema da peça pode ser resumido nas assertivas “Basta ser um homem” e “Sê meu amigo” como o apelo que a percorre do início ao fim. Para exemplificar e aproximar do século XX a questão posta por Lessing na peça, Arendt faz a seguinte pergunta:

Suponhamos que era realmente possível provar, com dados científicos incontestáveis, a inferioridade de uma determinada raça; esse facto justificaria o seu extermínio? [...] a questão teria de ser colocada do seguinte modo: *Valeria uma tal doutrina, por muito convincentemente que fosse demonstrada, o sacrifício de uma única amizade entre dois homens?* [...] Lessing não teria a menor dificuldade em responder à pergunta que acabo de fazer. Nenhuma concepção sobre a natureza do Islã, do judaísmo ou do cristianismo o teria impedido de estabelecer amizade e entabular o diálogo da amizade com um muçulmano convicto, um devoto judeu ou um cristão piedoso. A sua consciência livre e imperturbável teria rejeitado qualquer doutrina que negasse por princípio a possibilidade da amizade entre dois seres humanos. Lessing teria imediatamente tomado o partido dos homens e não perderia tempo com a discussão, mais ou menos erudita, fosse qual fosse o campo em que esta se processasse.<sup>19</sup>

Para Arendt<sup>20</sup>, a amizade apresenta uma importância política inigualável. Se a amizade consiste no diálogo – o intercâmbio das opiniões e pontos de vistas acerca do mundo –, pode unir os cidadãos no domínio da política, pois haverá vontade de partilhar o

---

<sup>16</sup> O discurso que Arendt proferiu quando recebeu o Prêmio Lessing da Cidade Livre de Hamburgo em 28 de setembro de 1959, intitulado “Sobre a humanidade em tempos sombrios: reflexões sobre Lessing”, constrói um elogio àquele intelectual que sempre soube pensar por si mesmo, sempre relacionou pensamento e ação e nunca se escondeu do mundo, apesar de sentir-se fora do seu tempo. Arendt proferiu um discurso em que apresenta uma profunda reflexão acerca do pertencimento dos seres humanos ao mundo. Inspirando-se no poeta, dramaturgo, crítico de arte e filósofo alemão do século XVIII, Gotthold Ephraïm Lessing (1729-1781), Arendt (*Homens em tempos sombrios*, p. 11) apresenta a ideia de amor à humanidade e aquilo que a constitui, isto é, a amizade, que, por sua vez, é construída e cultivada pelo diálogo.

<sup>17</sup> A peça apresenta um formato que pode ser qualificado como um drama não trágico.

<sup>18</sup> ARENDT, *Homens em tempos sombrios*, p. 21.

<sup>19</sup> ARENDT, *Homens em tempos sombrios*, p. 40 e 41, grifos no original.

<sup>20</sup> ARENDT, *Homens em tempos sombrios*, p. 35.

mundo com outros seres humanos. Essa concepção de amizade remete ao conceito grego de *philanthropia* – amor do homem – e a isso se denomina “amor à humanidade”, isto é, apreço à qualidade do que é humano. Grosso modo, a amizade é o respeito que cada um nutre para com os demais; é o respeito mútuo desinteressado e motivado apenas pela representação de Lessing do “Basta ser um homem” e “Sê meu amigo”. Esse humano constrói o mundo, pois o próprio mundo só se forma nos espaços de diálogo entre os seres humanos em toda sua diversidade e distinção. Da mesma forma que a própria humanidade do homem aparece no espaço do entre-os-homens – na política – preservado pelo diálogo, o mundo é o espaço-entre, por isso mundo comum.

[...] o mundo não é humano só por ser feito por seres humanos, e não se torna humano só por nele se fazer ouvir a voz humana, mas sim, e só, quando se torna objecto de diálogo [...] as coisas do mundo [...] só se tornam humanas para nós quando podemos discuti-las com os nossos semelhantes [...] Só falando daquilo que se passa no mundo e em nós próprios é que o humanizamos, e ao falarmos disso aprendemos a ser humanos.<sup>21</sup>

### **Considerações finais**

Arendt valoriza o espaço público como o espaço em que homens e mulheres podem relacionar-se tendo como referência um mundo comum. É nesse espaço que a atividade propriamente política – ação – se movimenta concomitantemente à construção do próprio espaço público. Homens e mulheres, ao agirem, criam um espaço – a-temporal e a-espacial – denominado espaço político; esse espaço é necessariamente público, porque a atividade da ação – e o discurso que a acompanha – somente são possíveis em público, isto é, mediante a presença de outros homens e mulheres igualmente aptos para a ação e para o discurso. A política é um espaço potencial criado entre-os-homens e somente é possível no espaço público constituído pela pluralidade de vozes, no sentido de assegurar ali a identidade única e singular de cada um. O ser humano não está só; existem homens e mulheres aos quais a ação e o discurso singular de cada um se dirigem. Os seres humanos buscam a presença constante de outros seres humanos, igualmente distintos e únicos, que possam ver seus atos e ouvir seus discursos, atestando, assim, a existência singular um do outro. No espaço público, o ser humano revela sua singularidade e compartilha um mundo que é comum a outros seres humanos igualmente singulares. O ser humano é estimulado a agir para encontrar seu lugar de reconhecimento entre os muitos indivíduos diferentes que existem.

A tentativa de tornar os seres humanos homogêneos, previsíveis e aptos para a manipulação apresenta-se oposta à ocupação política. A ocupação política depende da espontaneidade. Pode-se dizer que a espontaneidade motiva o aparecimento dos recém-

---

<sup>21</sup> ARENDT, *Homens em tempos sombrios*, p. 36.

chegados no espaço público do mundo. Homens e mulheres se apresentam ao mundo como identidades únicas e o fazem motivados pela capacidade que possuem de apresentar suas opiniões a respeito dos assuntos que dizem respeito a um mundo que lhes é comum. Sem espontaneidade seria impossível o ser humano estabelecer novos começos; sem espontaneidade não haveria ação. A espontaneidade faz com que as ações tornem-se imprevisíveis, isto é, não há garantias para aquilo que cada indivíduo possa ou não realizar; os atos são inesperados, a cada momento o indivíduo poderá mudar de opinião, repensar suas decisões e modificar seu modo de agir.

Deste modo, o vínculo que une os cidadãos nas comunidades políticas é a amizade, essa entendida enquanto *philanthropia* – amor do homem – embasada na comunicação ilimitada entre os distintos homens e mulheres que constituem, pelo diálogo, o mundo, isto é, o mundo comum. O amor do homem – *philanthropia* – se manifesta na vontade de partilhar o mundo com outros seres humanos, constituindo, assim, um mundo comum. Como se partilha o mundo? Pela ação e pelo diálogo.

A partir do exposto é possível perceber a distinção entre política e governo, mais precisamente, o que modernamente se compreende por governo, ou seja, o complexo dos órgãos que institucionalmente detêm o exercício do poder e que, de maneira direta, constitui um aspecto do Estado. Esta acepção vai além da ideia de um conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de uma sociedade. Cabe ao governo ordenar e dirigir a vida política e administrativa de uma coletividade; a orientação que dado governo estabelecerá depende da concepção de poder que adota. A questão que interessa aqui diz respeito à impossibilidade de reduzir política às funções que cabem aos governos ou, na pior hipótese, aos desmandos de alguns governos arbitrários, que esquecem que são eles – governo – os responsáveis pelas instituições que compõem o Estado. O que parece ser fundamental é a constituição e a preservação de um mundo comum onde homens e mulheres podem se apresentar, isto é, comunicar e, deste modo, experimentar a liberdade.

#### **POLITICS AND GOVERNMENT ARE THE SAME? A REFLECTION DRAWN FROM HANNAH ARENDT**

Abstract: This article concerns the distinction between politics and government. The aim is to demonstrate the impossibility of reducing politics to functions that are the responsibility of governments, as well as to present the importance of the establishment and preservation of the common world, where men and women may appear to other human beings, present their views and thus experience freedom. It starts from the presumption that contemporary society is characterized by the loss of citizens' engagement with the world; one seems to have forgotten that it is in this common world that people can present their views, confront them with the opinions of others, and show their uniqueness and act. The man-of-mass has triumphed at the expense of the citizen. So the meaning of politics is subverted and government objectives are misrepresented. The citizen is someone of public "spirit" who is committed to the republic – public affair - and the common good. To understand the extent of this commitment to the public good, it is possible to assert that the commitment of each citizen to the public affair is not confined to the bilateral relationship between

the individual and the state, but is grounded on the relationship of individuals to each other. So the question that imposes itself as relevant concerns that what binds citizens in political communities. It will point out that the unifying element of the relationship between citizens consists in friendship, understood as *philia*. The research draws upon the contemporary philosopher Hannah Arendt and her writings. The text is divided into three parts: an analysis of consent – contract – among citizens for the creation of states, unlimited communication as the new element for the link between citizens, and friendship as the bond that unites citizens in a political community.

Keywords: politics – government – unlimited communication – friendship – Hannah Arendt.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, H. *A condição humana*. 4. ed. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

\_\_\_\_\_. *Homens em tempos sombrios*. Trad. Ana Luísa Faria. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

\_\_\_\_\_. *Lições sobre a filosofia política de Kant*. Trad. André Duarte de Macedo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

\_\_\_\_\_. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. *Crises da república*. 2. ed. Trad. José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 2004.

\_\_\_\_\_. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo; revisão e apresentação de Adriano Correia. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.